

## RELATOS DE EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS

---

# A Religiosidade/Espiritualidade na atuação da Psicologia Social e Comunitária: relato de experiência

*Religiosity/Spirituality in the performance of  
Social and Community Psychology: experience report*

*Religiosidad/Espiritualidad en el desempeño de la  
Psicología Social y Comunitaria: relato de experiencia*

*Ana Carolina da Silva Oliveira\**

*Ronan da Silva Parreira Gaia\*\**

*Fabio Scorsolini-Comin\*\*\**

### Resumo

*A partir da necessidade de explorar mais profundamente o modo como a religiosidade/espiritualidade (R/E) tem atravessado a formação em Psicologia, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica durante o trabalho com famílias em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário tendo como norte a Psicologia Social e Comunitária. O profissional que atua com a comunidade tem o compromisso com a promoção de direitos (humanos e sociais), com o protagonismo dos sujeitos e com a qualidade de vida para todos. Esse profissional deve acolher as diversas denominações e compreender os sentidos e significados que são atribuídos a elas pelas coletividades com as quais atua.*

---

\* Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2127-6746>. E-mail: [anacarolinaoliveira@usp.br](mailto:anacarolinaoliveira@usp.br)

\*\* Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0003-2342-0019>. E-mail: [ronangaia@yahoo.com.br](mailto:ronangaia@yahoo.com.br)

\*\*\* Universidade de São Paulo, SP, Brasil. <http://orcid.org/0000-0001-6281-3371>. E-mail: [fabio.scorsolini@usp.br](mailto:fabio.scorsolini@usp.br)

*A laicidade da prática psicológica não pode ser confundida com a negligência em torno dessa dimensão, mas sim de seu acolhimento ético, crítico e perene-mente humanizador das populações atendidas.*

**Palavras-chave:** Religiosidade; Espiritualidade; Família, Psicologia Social Comunitária.

## Abstract

*Given the need to explore more deeply the way in which religiosity/spirituality (R/S) has arisen in the studies of Psychology, this study presents a critical reflection regarding the scientific literature produced on R/S, based on a professional experience report that narrates the insertion of a psychology professional in a peripheral community while working with families in a medium-sized city in the state of São Paulo. This report aims to reflect on how the dimension of R/S emerges in this context with Social and Community Psychology as its guide. The professional who works with the community is committed to the promotion of (human and social) rights, to subjects' protagonism and to quality of life for everyone. This professional must accept different denominations and understand senses and meanings attributed to them by the communities he works with. The secularity of psychological practice cannot be confused with the neglect surrounding this dimension, but rather with its ethical, critical, and permanently humanizing acceptance of the assisted populations.*

**Keywords:** Religiosity; Spirituality; Family, Community Social Psychology.

## Resumen

*Basado en la necesidad de explorar más a fondo la forma en que la religio-sidad/espiritualidad (R/E) ha recibido capacitación en psicología, este estudio presenta una reflexión crítica sobre la literatura científica producida en R/E basada en un informe de Experiencia profesional que narra la inserción de un profesional de psicología en una comunidad periférica mientras trabaja con familias en una ciudad mediana en el estado de São Paulo. Este informe tiene como objetivo reflexionar sobre cómo emerge la dimensión de R/E en este contexto, teniendo como guía la psicología social y comunitaria. El profesio-nal que trabaja con la comunidad está comprometido con la promoción de los derechos (humanos y sociales), con el protagonismo de los sujetos y con la calidad de vida para todos, teniendo el deber de defender el secularismo para que todos puedan ejercer su R / Y sin sufrir ninguna represión por eso. Este profesional debe aceptar las diferentes denominaciones y comprender los sentidos y los significados que les atribuyen las comunidades con las que trabaja. La secularidad de la práctica psicológica no puede confundirse con el abandono que rodea esta dimensión, sino más bien con su aceptación ética, crítica y humanizadora permanente de las poblaciones atendidas.*

**Palabras clave:** Religiosidad; Espiritualidad; Familia, Psicología Social Comunitaria.

O debate acerca das religiosidades e das espiritualidades tem recebido cada vez mais destaque no cenário nacional e internacional, disparando a necessidade de reflexões, não apenas sobre como esses elementos podem ser evocados no cuidado em saúde, por exemplo, mas, anteriormente, no processo formativo desses profissionais de saúde. Em que pesem as diferenças epistemológicas acerca dos termos religião, religiosidade e espiritualidade, neste estudo, optamos pelo uso combinado dos termos, ou seja, religiosidade/espiritualidade (R/E), em consonância com a literatura no campo da saúde (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a).

Certamente, muitos profissionais da Psicologia não tiveram contato com pesquisas referentes à R/E durante suas graduações, o que atravessa, de modo uníssono, a maioria dos cursos universitários em nosso país. Isso pode se dar pela marginalização dessas dimensões que nem sempre foram vistas como importantes para a atuação do/a psicólogo/a e/ou dos profissionais da saúde de modo geral. Todavia, o cenário tem sido alterado a partir de pesquisas, sobretudo no campo da saúde, que reconhecem a importância das mesmas, principalmente no fazer psicológico (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019b).

Tomando como norte a necessidade de explorar mais profundamente o modo como a R/E tem atravessado ou não a formação em Psicologia, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica durante o trabalho com famílias em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E nesse contexto, tendo como norte a Psicologia Social e Comunitária.

## RELIGIOSIDADE/ESPIRITUALIDADE: PERSPECTIVAS SOBRE A DIMENSÃO ESPIRITUAL

No ano de 1988, a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluiu a dimensão espiritual no conceito multidimensional de saúde, não remetendo a um tipo específico de religião, mas sim à busca de sentido da vida de cada

um, às emoções e suposições de que há mais no viver do que se pode ser compreendido (Oliveira & Jungues, 2012). Nos últimos anos, a Psicologia tem realizado estudos sobre a R/E e sua relação com o bem-estar e a saúde mental, destacando a importância de olhar – e cuidar – do ser humano de forma integral (Freitas, 2017; Holanda & Pereira, 2020). Na Psicologia, essa integralidade também está relacionada a uma atuação que ultrapasse, por exemplo, os limites de uma chamada clínica tradicional e de um fazer, por vezes, elitista, abrindo-se para a necessidade de cotejar diversos contextos e diferentes demandas sociais, políticas e culturais (Gaia & Candido, 2020; Scorsolini-Comin, 2015).

A dimensão espiritual pode surgir como demanda em diferentes contextos de atuação, cabendo ao profissional promover a capacidade de escuta e acolhimento dessa dimensão, uma vez que é necessário acolher o sujeito integralmente. Em que pese o quase lugar-comum que, muitas vezes, a integralidade ocupa, parte-se do pressuposto, no presente estudo, de que acolher a dimensão da R/E é permitir a fruição de um sentido amplo e profundo acerca do cuidado integral, haja vista que essa dimensão vem sendo reconhecida e legitimada pela literatura no campo da saúde, promovendo um avanço no modo como essa dimensão era concebida. Assim, a R/E é alçada à condição de vértice do cuidado integral (Cunha, Pillon, Zafar, Wagstaff, & Scorsolini-Comin, 2020).

Cabe aqui recuperar uma breve explicação sobre conceitos e definições de religiosidade e espiritualidade, uma vez que esses termos tendem a se relacionar e, muitas vezes, se fundir. A religiosidade pode ser entendida como a forma que a pessoa acredita e pratica a sua religião, a valorização da sua prática religiosa, com orações e leituras, e podendo ou não participar de templos religiosos (Raddatz, Motta, & Alminhana, 2019). A religião é definida como uma atividade desenvolvida em coletivo, com um sistema determinado de dogmas, crenças e práticas em comum. Já a espiritualidade é entendida como algo que vai abranger a vida pessoal e sua relação com o sagrado e transcendente, a busca pela conexão com algo maior, podendo estar ou não vinculado a uma religião ou várias (Raddatz et al., 2019).

Diante do exposto, observa-se que, inevitavelmente, haverá uma sobreposição entre religiosidade e espiritualidade, pois ambas se referem

a experiências muito próximas, podem ser desenvolvidas em grupos ou individualmente e envolvem a fé e busca pelo sagrado. Entretanto, é possível que uma pessoa se diga espiritualizada mesmo sem estar filiada a uma religião, mas seguir práticas espirituais e valores próprios, podendo apresentar traços de uma religiosidade embutidos nessas práticas ou não (Marques, 2010). Aqui, o que deve ser levado em consideração é o sentido e significado que cada pessoa dá para sua espiritualidade, ou menos na religiosidade, os afetos implicados por cada um na sua ligação com o divino e a sua fé. A experiência religiosa é algo individual mesmo quando inserida em coletivos. Os cinco níveis de títulos são mostrados abaixo.

A experiência religiosa é única, diferente das vivências do dia a dia, afeta as percepções centrais sobre si próprio e sobre a vida, pode mudar as noções sobre quem você é e o sentido ou significado da sua vida. A experiência religiosa é complexa do ponto de vista psicológico, envolvendo emoções, crenças, atitudes, valores, comportamentos, e ambiente social. Ela transcende estas categorias psicológicas e dá ao indivíduo um sentido de integridade. Não há uma característica comum na experiência religiosa, nem mesmo o crer em Deus, pois algumas religiões não possuem este conceito. A tradição religiosa, a igreja organizada, também não é o princípio organizador; pois, principalmente hoje, muitas pessoas são religiosas sem possuírem esta identificação (Lotufo Neto, Lotufo Jr., & Martins, 2009, p. 13).

A R/E pode influenciar a saúde mental de formas diversas, como a promoção de recursos de enfrentamento de situações estressoras, diminuindo a probabilidade de depressão e transtornos de ansiedade, bem como o aumento das emoções positivas, também se nota que pessoas que possuem uma R/E estão menos vulneráveis ao uso de drogas e envolvimento com crimes, pois a R/E se relaciona com sentimentos de propósitos na vida, generosidade e gratidão (Baker, Stroppe, & Walker, 2018; Cunha & Scorsolini-Comin, 2020). Contudo, não podemos generalizar os indícios positivos que envolvem a R/E: também são relatados efeitos negativos para algumas pessoas, como, por exemplo, a recusa e negligência de tratamentos de saúde, entender a R/E como única forma de tratamento e desconsiderar outros conhecimentos (Weber & Pargament, 2014).

A partir desse panorama, que assevera a importância de olharmos para a dimensão da R/E no campo das práticas psicológicas, é mister pensar nas diversas formas que ela pode surgir como demanda para os profissionais da Psicologia nas diferentes áreas de atuação, uma vez que, de certa forma, a R/E faz parte da vida de todos os sujeitos e grupos. Neste presente relato, a atenção está voltada à presença da R/E no contexto familiar e comunitário.

## A PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA (PSC) COMO CAMPO DE ATUAÇÃO E REFLEXÃO DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA

Para pensar a Psicologia Social Comunitária (PSC), acreditamos que seja fundamental resgatar os seus aspectos históricos. Por volta da década de 1970, a Psicologia Social se revigora como disciplina, elaborando propostas para a Psicologia como um todo, ao menos no contexto brasileiro, comprometendo-se com a transformação social, rompendo com a identificação tradicional da profissão como um serviço voltado primordialmente aos interesses das elites e se dirigindo aos interesses das maiorias populares, entendidas aqui como a maior parte da população que tem acesso restrito aos equipamentos sociais e renda insuficiente para subsidiar uma existência digna (Gonçalves & Portugal, 2016).

É válido mencionar que essas questões se articularam no histórico da Psicologia Social, com pontos importantes de desdobramentos, como a defesa do paradigma latino-americano e a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO na década de 1980. O que atualmente consideramos como Psicologia Social Comunitária surgiu de práticas realizadas em núcleos de favelas e comunidades. É importante frisar que essa aproximação da Psicologia com as comunidades se concretizou com o processo de redemocratização do país, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a consolidação de um conjunto de políticas sociais, como a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, e pela abertura de campo de trabalho em instituições públicas de saúde que atendiam às populações menos favorecidas economicamente (Gonçalves & Portugal, 2012).

Assim, o trabalho da Psicologia, nesse campo, deve ser pautado na demanda da comunidade. Para tal, é necessário ter em vista o que é uma comunidade (Gonçalves & Portugal, 2012). Para que se constitua uma comunidade é necessário que um grupo de pessoas vivam em uma área geográfica comum constituída por uma trama de relações onde se compartilha dos mesmos interesses, é onde se tem vizinhança, intimidade, proximidade e identificação. Assim, a comunidade se caracteriza pela participação, convivência e vinculação dos moradores, além do mesmo nível socioeconômico, mesmas necessidades e um sistema de representações sociais próprio.

Frequentemente, a comunidade é definida como lugar de vulnerabilidade, em que vínculos familiares são rompidos, representando um lugar de risco psicossocial onde tudo falta. Nessa perspectiva, o que não se tem é enfatizado. Em contrapartida, outro sentido atribuído à comunidade é o de lugar com forte potencial de luta e solidariedade, com valores comunitários que podem ser transformadores. Essa perspectiva valoriza os sujeitos que ali estão inseridos, enfatiza as possibilidades já existentes no grupo e incentiva a participação e o engajamento na mudança social (Anhas & Castro-Silva, 2018; Gonçalves & Portugal, 2012; Souza & Scorsolini-Comin, 2020).

Tendo em vista a concepção de PSC e as possíveis definições para comunidade, voltemos agora à inserção do profissional nesse contexto. A PSC visa ao desenvolvimento da consciência dos moradores enquanto sujeitos históricos, privilegia o trabalho com grupos e enfatiza a prática que resgate os direitos humanos fundamentais, buscando qualidade de vida, mas acolhe também o sujeito singular e a vulnerabilidade no contexto em que está inserido. Foca na prevenção de situações de risco, no fortalecimento de vínculos e na qualidade da vida familiar na comunidade (Silva & Corgozinho, 2011).

A perspectiva técnica e científica do/a psicólogo/a tem o papel de promover reflexões acerca da subjetividade dos sujeitos, garantindo os direitos destes e os trazendo para uma posição de protagonistas. Outro ponto sobre a atuação da PSC é o da demanda por interdisciplinaridade, os debates devem dialogar com a Assistência e o Serviço Social, uma vez que ambas podem colaborar em conjunto com os problemas sociais e sociológicos da população (Gaia & Candido, 2020).

Uma maior aproximação do profissional no cotidiano da vida dos moradores da comunidade é fundamental para a promoção de proteção social. Assim, destaca-se a necessidade da atuação com famílias dentro do seu contexto comunitário, considerando que essa dinâmica territorial deve estar pautada na ética de incluir os ditos “invisíveis”, aqueles que foram vistos como casos individuais, quando na realidade são parte de uma situação social coletiva (Gaia & Candido, 2020). A atuação do/a psicólogo/a é voltada para os processos interacionais na vida comunitária, agindo como mediadora na construção de saberes e práticas, partindo da premissa de que as comunidades possuem uma gama de redes interativas e uma complexa construção de pessoas e grupos. Isso pode servir de base para que a práxis psicológica seja construída de modo oposto a vieses psicologizantes e permitindo uma compreensão subjetiva daquela realidade, uma vez que esta é profundamente humana e simbólica, sendo um erro pensá-la apenas em termos sociológicos e econômicos (Anhas & Castro-Silva, 2018; Maciel & Alves, 2015; Ximenes, Paula, & Barros, 2009).

Tendo em vista essas considerações, o presente estudo apresenta uma reflexão crítica acerca da literatura científica, produzida sobre a R/E, tomando por base um relato de experiência profissional que narra a inserção de uma profissional da Psicologia em uma comunidade periférica, durante o trabalho com famílias, em uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo. Este relato tem por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário, tendo como norte a PSC. O relato será apresentado a seguir, iniciando-se pela descrição da psicóloga/pesquisadora, do contexto de atuação e, posteriormente, refletindo sobre como a dimensão da R/E emerge nesse cenário, balizando considerações sobre como abordá-la e acolhê-la. Discussões sobre as limitações e as potencialidades da experiência narrada serão cotejadas posteriormente.

## **A HISTÓRIA DE MARIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA E HISTÓRIA DE VIDA**

Antes de relatar a experiência em tela, é necessário fazer dois apontamentos: (a) as análises aqui expostas foram construídas a partir

da observação empírica e da experiência de uma psicóloga negra e em campo, que assume assim seu triplo papel social: ser mulher, ser negra e ser psicóloga; (b) o relato que segue se dá a partir do “olhar de dentro”, ou da observação de uma pesquisadora *insider*. O termo *insider* tem sido empregado na Antropologia para descrever a experiência do pesquisador como um narrador posicionado dentro das relações que busca investigar. Nessa perspectiva, o seu campo não se reduz a um objeto de análise ou que pode ser observado com isenção e neutralidade, mas deve ser compreendido como um contexto vivencial (Araújo, 2018). Discutem-se, assim, as possibilidades epistêmicas que podem ser construídas a partir desse olhar, considerando a perspectiva *insider* como produtora de reflexões que, de outro modo, dar-se-iam de modo apartado das considerações, dos atravessamentos e das afetações da pesquisadora – no caso, psicóloga – em campo.

Aqui a pesquisadora é, além de Psicóloga, mulher e negra, assim como grande parte do público com quem ela trabalha dentro dessas comunidades; formada há pouco mais de um ano, no momento desse relato, e desde a graduação sempre se dedicou a pesquisar sobre o trabalho social e comunitário, entendendo a importância de pensar a Psicologia para além dos seus moldes tradicionais para poder trabalhar com um público que reflete as suas origens. Trabalha com famílias em situação de vulnerabilidade social, mais especificamente com crianças na primeira infância e suas mães, junto de um programa de Assistência Social em Proteção Social Básica, trabalho esse focado no desenvolvimento infantil e familiar. A pesquisadora não possui uma R/E definida, mas por ter sido criada com uma base religiosa e observar em sua própria comunidade o número de igrejas e religiões distintas, assim como as crianças aqui deste relato, entende, em sua vivência, que a R/E assume um papel importante na criação e formação dos sujeitos, caracterizando sua perspectiva como *insider*.

Realizando um trabalho de visitas domiciliares dentro do contexto da Assistência Social em Proteção Social Básica (PSB), para famílias em uma comunidade na região sudoeste de uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo, pudemos conhecer a quem aqui chamaremos de Maria (nome fictício), uma mulher cisgênero, negra, jovem, evangélica, casada e mãe de três filhos. A princípio, os filhos de Maria estavam com a avó materna

enquanto ela fazia faxina na casa de outrem. Assim que Maria chegou, foi receptiva à nossa presença - uma psicóloga e uma assistente social – e compartilhou conosco parte da sua história de vida, passando pela sua adolescência, em que teve de abandonar a escola devido à sua gestação e casamento, até a violência obstétrica que relata ter sofrido no nascimento do segundo filho e o sonho de voltar a estudar para ser cuidadora de idosos.

Destacamos aqui um momento do relato que acreditamos ser relevante para o presente estudo, que é a importância que Maria atribui à sua R/E, inclusive na criação de seus filhos. Ela relatou não frequentar nenhuma igreja ou templo religioso, atualmente, mas que tanto ela como seu marido sempre tiveram muita fé e que ela realmente se preocupa em dar esse exemplo, sobretudo moral, aos seus filhos. Relata, ainda, que tenta passar para eles – os filhos - os ensinamentos da igreja que frequentava anteriormente, e principalmente o exemplo no seu comportamento para que eles cresçam e não entrem no tráfico ou sejam usuários de drogas, haja vista que esse é um hábito comum na sua vizinhança, e também mencionou a fé como algo importante na manutenção do seu casamento. Percebe-se, nessa acepção, que Maria recupera uma noção de R/E bastante moralizante e alinhada aos ensinamentos aprendidos durante sua frequência a uma dada religião, o que compõe um primeiro sentido sobre a importância da R/E para Maria e sua família: uma instância moral necessária para a transmissão de valores e para proteção contra eventos de risco que podem se dar em um contexto de vulnerabilidade, como a maior exposição ao tráfico de drogas. A R/E, para Maria, seria uma dimensão capaz de afastar os filhos dessa exposição.

Maria também falou sobre a violência do lugar onde vive, dando destaque à violência policial que, ao entrar na comunidade, tende a cometer abusos de poder, por isso ela diz ter medo de deixar as crianças expostas a esse risco, então eles ficam sempre dentro de casa e brincam apenas em um corredor estreito. Assim, ela relata não ter encontrado vagas em creche e pré-escolas públicas do entorno e explica ter de contar sempre com a ajuda de sua mãe e irmã que são suas vizinhas para olhar as crianças enquanto

ela trabalha com faxina e ao marido compõem sua rede de apoio. Menciona dificuldade de encontrar emprego formal e que ela e o marido estão em trabalhos informais.

Um primeiro sentido que emerge a partir desse relato diz respeito ao modo como a R/E é referida como uma possibilidade de proteção, capaz de orientar, de guiar, mas também de punir, de modo a também proteger os filhos em um cenário de vulnerabilidade social. O espaço social ocupado pela igreja não diz respeito apenas a uma instituição que a família frequenta com regularidade e apreço às normas, mas como um lugar de ordem, de respeito e de manutenção de determinadas regras sociais que a mãe julga necessárias para a educação e socialização dos filhos, ou seja, como uma dimensão moralizante. Assim, a R/E parece, em um primeiro momento, ser evocada como essa dimensão essencialmente disciplinadora capaz de contribuir com a expressão da parentalidade que Maria identifica como sendo a mais adequada. A R/E, desse modo, emerge como uma dimensão de cuidado com a qual Maria e o esposo podem compartilhar a educação dos filhos. A R/E é alçada, portanto, como uma rede de proteção em um ambiente de fragilização de referenciais e de vínculos.

Ainda, vale destacar que Maria diz ter fé e que é através de sua fé que busca forças para resistir em um local de tamanha desigualdade e invisibilidade social como o que vive. Acredita que um dia conseguirá sair do lugar de onde mora e proporcionar uma condição de vida melhor para seus filhos. Vale salientar que Maria tem a fé como base de enfrentamento de dias difíceis, e também tem fé que vai voltar a estudar, assim que possível, e ser cuidadora de idosos porque sempre quis fazer o bem ao próximo. O segundo sentido de R/E, que emerge em sua narrativa, portanto, aborda uma dimensão redentora, como se a experiência religiosa-espiritual fosse capaz de promover alento, resiliência e uma maior capacidade de fazer frente aos diversos desafios impostos nesse processo de socialização, com privação de recursos, com a ausência de equipamentos formais de proteção e mesmo de estruturas governamentais capazes de cuidar da infância e da juventude do lugar.

Portanto, fica evidente a importância da R/E na vida pessoal e familiar de Maria. A R/E possui, nesse contexto, uma dupla função: como

recurso interno de enfrentamento às adversidades e como dimensão moralizante capaz de disciplinar e também de protegê-los. A R/Etambém é uma dimensão partilhada, transmitida, reforçando os vínculos existentes entre os membros do núcleo familiar (Lisboa, Féres-Carneiro, & Jablonski, 2007).

Um ponto essencial na história de Maria é o momento em que ela relata que sempre quis ter três filhos e sempre sonhou em se casar. Toda essa narrativa pode ser comumente interpretada externamente como um erro ou um descuido, sobretudo em decorrência da sua condição socioeconômica, uma mulher negra, jovem, periférica e com três filhos pode ser lida pelo senso comum – e essencialmente elitista e racista – como alguém que não soube evitar ou planejar a constituição da sua família. Mas essa leitura desconsidera a autonomia do seu corpo, por isso o que se destaca aqui é o desejo dela de ser mãe e construir uma família, o sentido que ela atribuiu a isso e as escolhas que ela fez, seja por uma influência religiosa ou não, contudo essas escolhas devem ser respeitadas, principalmente durante a escuta profissional.

Independentemente de sua religiosidade, cultura e meio social, que podem sim ter incentivado Maria a fazer essa escolha de constituir família dessa forma e nesse momento da sua vida, haja vista que esse itinerário é validado e reconhecido por sua religião, socialmente Maria sofre prejuízos, uma vez que passa a ter dificuldades para estudar e trabalhar, dificuldades essas permeadas por questões como o racismo estrutural que não permite que mulheres como ela sejam realmente donas de seus próprios corpos e destinos, que as limitam a um determinado tipo de vida sem possibilidades de transformações, as culpando pela falta de mobilidade social. A maternidade já é uma realidade presente e deveria isso ser um motivo de condenação e limitação das possibilidades na vida dela? Se os direitos ao acesso à escola, à creche, à saúde, à segurança e ao lazer estivessem preservados, ela poderia concluir seus estudos, buscar condições de trabalhos melhores, realizar seus sonhos, mas não foi isso o que encontramos na realidade aqui observada (Duarte, 2012; Leone, Maia, & Baltar, 2010).

Em face do exposto, convém refletir sobre a divisão de papéis na administração doméstica. Considerando a forma como foi instituída socialmente a divisão sexual do trabalho, remetendo às ideologias de gênero,

adotando essa perspectiva e situando os sujeitos historicamente, podemos considerar que o papel de administração familiar não pode ser visto como algo intrínseco à mulher (Testoni & Tonelli, 2006). Não obstante, a presença notável de mulheres negras entre as pessoas mais pobres é reflexo do processo histórico de produção e reprodução de desigualdades sociais, que tem como eixo marcadores sociais como gênero, raça e etnia, como base das desigualdades sociais (Mariano & Carloto, 2009). Assim, acreditamos que o papel desempenhado por Maria foi historicamente atribuído às mulheres mais pobres, é o cuidado com os filhos, maridos e tarefas domésticas, sempre em espaços privados, mulheres que ainda são responsabilizadas pelas funções de maternagem, controle e retração social de seu marido e filhos, ou seja, além de tudo, ainda ficam encarregadas de mantê-los no lar aconchegante para afastá-los das impurezas e perigos das ruas (Santos, Heckert, & Carvalho, 2017).

O significado que Maria atribuiu à R/E em sua família é fundamental, é um fator de proteção e educação para os filhos. Para ela, é a base do seu casamento, e a fé aparece como uma fonte de força e inspiração para continuar a sonhar. Não cabe aqui nenhum tipo de romantização das condições de vida apresentadas, tampouco do estereótipo de “mulher preta guerreira”, pelo contrário, é imensurável a sobrecarga dessa mulher que tem o papel de carregar todas essas preocupações do núcleo familiar, mas podemos destacar a R/E associada a afetos positivos nessa narrativa. Foi possível observar que a religiosidade está vinculada aos indicadores de bem-estar psicológico, como direção e orientação espiritual, saúde física e mental, capacidade de enfrentar sofrimentos (Oliveira & Jungues, 2012). Sendo assim, é válido destacar que possivelmente a dimensão espiritual tem sido um dos principais pilares dentro desse grupo familiar, capaz de recuperar referências que possibilitem uma leitura de mundo mais fluida e, portanto, mais porosa à mudança.

O profissional da Psicologia Social e Comunitária, bem como todos os profissionais inseridos na Assistência Social, seja ela Básica e/ou Especial (em média e alta complexidade), devem estar atentos à função que a R/E desempenha no contexto familiar e comunitário. A história da religiosidade do grupo importa, independentemente de qual denominação religiosa seja

referida. A abordagem social pode e deve tornar-se mais sensível à narrativa da R/E nas histórias de vida desses sujeitos, não naturalizando essas expressões como condições de um lugar ou de um ethos, mas trazendo-as para a linha de frente da promoção do cuidado.

Assim, a R/E pode ser apreendida de modo mais amplo, não apenas como uma tradicional estratégia de enfrentamento em situações adversas, como as vivenciadas por Maria – como predomina na literatura no campo da saúde (Cunha et al., 2020; Weber & Pargament, 2014) – mas como mecanismo que atravessa a construção desse ser mulher. A R/E, ressignificando esse pertencimento, coloca Maria como uma mulher em condições para avaliar com clareza e criticidade a sua condição, podendo, a partir disso, refletir sobre aspectos como a parentalidade, a educação dos filhos e sua capacidade de resistir em um cenário, muitas vezes, considerado adverso e com pouco acesso à proteção.

Ultrapassando a dimensão da R/E como um elemento associado individualmente a Maria, a seguir exploraremos como essa dimensão pode ser cotejada no meio familiar, em um primeiro momento e, posteriormente, com referência ao meio comunitário, tendo como norte as reflexões da PSC e cotejando especificamente a atuação do profissional de Psicologia.

## A R/E E A FAMÍLIA

O conceito de família tem passado por diversas transformações ao longo do tempo. Essas mudanças dizem respeito não apenas às suas funções – que envolvem a proteção, a socialização e o afeto, mas às suas diversas possibilidades de configuração. As composições são múltiplas, encontram-se casais heterossexuais ou compostos por pessoas gays e lésbicas, criando filhos juntos, pessoas criando seus filhos sozinhas, ou seja, monoparentalidade, uniões consensuais, casais sem filhos, casais com filhos adotivos, avós que criam netos, grupo de pessoas não consanguíneas, entre diversas outras possibilidades (Guimarães & Almeida, 2018; Leone et al., 2010; Pontes, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2017).

O núcleo familiar é, geralmente, onde se tem o primeiro contato com a R/E, haja vista que a religiosidade tende a ser mais associada ao contexto

social, mas tanto a religiosidade quanto a espiritualidade não surgem de forma isolada, podem ser um fenômeno coletivo comum ao grupo familiar, a ideia de separação não é real, a R/E se desenvolve tanto nas esferas coletivas como individuais. O desenvolvimento de crenças se forma a partir do convívio e do que é aprendido desde a infância, ainda que, para muitas pessoas, a R/E faz mais sentido se desenvolvida individualmente (Marques, 2010).

As transformações no conceito de família influenciam vários campos do social, entre eles a religião, a mudança contrária também acontece com as diferentes formas que a religião projeta reflexos na família e sociedade. A família é o primeiro contato com a socialização e, por isso, é uma das grandes responsáveis pela reprodução e manutenção de religião, também pelo aspecto regulador moral do comportamento do indivíduo e do coletivo que a religião proporciona, como as características de normatizar sexualidade e reprodução, por exemplo, sendo essas uma das principais sustentações da família (Couto, 2001). Cada família tem seu estilo de estar junta, sua vida cotidiana, onde se expressa a cultura familiar, mesmo que a família esteja sempre num contexto sociocultural mais amplo.

Os rituais familiares garantem expressões de afetos e lembranças através de gerações, constituídas por práticas sociais e rituais carregados de simbolismo, que apontam uma defesa contra a angústia e, em alguns casos, uma ligação com o divino que reafirma o sentimento de pertencimento. A cultura familiar pode responder ou representar às demandas do mundo contemporâneo, estabelecendo uma fronteira entre mundo interno e externo do grupo, principalmente quando temas como religião aparecem (Lisboa et al., 2007).

Apesar disso, o fenômeno observado atualmente é o do trânsito individual de religiosidade, em que a religião proferida não é mais aquela na qual se ‘nasce’, muitas pessoas tendem a experimentar diferentes religiões até se converter a alguma delas, ou não. Neste sentido, segundo Couto (2001), a mudança de religião pode, muitas vezes, não ser mais vista como um drama familiar ou pessoal. É preciso considerar os recursos para a produção de significados e sentidos relacionados às práticas religiosas, que constroem uma ligação entre o sujeito na família e na comunidade,

bem como é necessário compreender possíveis releituras que os sujeitos fazem, construindo trajetórias individuais no que dizem respeito à sua R/E (Mota, Trad, & Villas Boas, 2012). Considerando os grupos sociais dos quais fazemos parte, a seguir, a dimensão da R/E será refletida dentro do contexto comunitário.

## A R/E E A COMUNIDADE

Nos estudos realizados com psicoterapeutas, temos observado que, muitas vezes, esses profissionais se mostram reticentes em relação à inclusão da R/E no *setting* terapêutico, justamente por compreenderem que essa é uma discussão que não caberia ao/a psicólogo/a (Cunha & Scorsolini-Comin, 2019a, 2019b, 2020). Assim, a R/E, para alguns desses profissionais, só é evocada quando emerge como uma demanda do paciente/cliente. O receio desses psicoterapeutas assenta-se na necessidade de garantir que a atuação em Psicologia não seja enviesada por qualquer perspectiva religiosa. E como essas reflexões podem ser endereçadas na perspectiva de uma atuação para além dos tradicionais consultórios?

Abordando a R/E dentro da comunidade e a atuação do/a Psicólogo/a Social Comunitário, traremos à baila, nessa reflexão, a questão da laicidade das práticas psicológicas. Para isso, buscamos como referência o documento *Psicologia, Laicidade e relações com a religião e espiritualidade*, produzido pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, no ano de 2016.

... não deve existir hegemonia de um saber religioso em detrimento de outros. A não junção do Estado com qualquer segmento religioso amplia as diversas manifestações de crença e fé. Destacamos a Declaração Universal da Laicidade do século XXI, apresentada no Senado francês no ano de 2005, para fundamentar tal afirmação. Em sua análise, ela enfatiza a crescente pluralidade de crenças e não crenças encontradas nos Estados modernos, assim como a necessidade de acolher toda essa gama de convicções religiosas, ateias, agnósticas de forma pacífica e respeitosa. Dentre os seus princípios fundamentais encontramos orientações que apontam para o respeito à liberdade de consciência e suas práticas individual e coletiva; a autonomia da política e da sociedade civil com relação às normas religiosas e filosóficas particulares; a nenhuma discriminação direta ou indireta contra os seres

humanos. A laicidade constituiria, portanto, um elemento-chave do espírito democrático. Ela não surgiu para abolir, impedir, coibir ou anular a religião, as religiosidades, mas sim para assegurar a manifestação da liberdade de decisão em tudo o que se trata do universo das crenças, religiosas ou não (Viana, 2016, p. 35-36).

Esse documento orienta os profissionais de Psicologia no sentido de que trazer à baila, em suas atuações, a dimensão da R/E, é também uma forma de cuidado, de respeito e de consideração em direção a um cuidado integral. Assim, rompe-se com uma tradição fortemente positivista e biomédica que orientava a esses profissionais não adentrarem no território da R/E para não infringirem normativas éticas (Scorsolini-Comin, 2015). O que esse documento possibilita é justamente reafirmar que uma prática laica e, portanto, não alinhada a quaisquer religiões ou denominações, não deve ser compreendida como aquela que exclui a R/E como uma dimensão do sujeito (Freitas, 2017).

Decorrente dessa discussão, destacamos, aqui, a pertinência da laicidade também na garantia de direito de todas as denominações religiosas e manifestações da R/E para que nenhuma se sobressaia à outra, garantindo a todos os sujeitos a possibilidade de escolher onde querem frequentar e se querem ou não fazer parte de alguma religião, a fim de que todos possam escolher a melhor forma de expressarem ou não a sua espiritualidade. Falar sobre laicidade é o oposto de omissão e silenciamento frente à intolerância religiosa, é a promoção do respeito mútuo e compromisso com a superação da discriminação do sujeito por sua orientação religiosa ou agnóstica. Não podemos deixar de mencionar que as religiões de matrizes africanas, como o Candomblé e a Umbanda, no contexto brasileiro, por exemplo, são possivelmente as que mais sofrem com a intolerância e com o racismo religioso, por serem perseguidas e historicamente marginalizadas. Por esse motivo, a luta pela valorização das religiões de matrizes africanas é consequentemente uma valorização cultural e histórica (Gaia, Vitória, & Roque, 2020, Pereira & Miranda, 2017).

Dentro de uma comunidade, sobretudo periférica, é comum encontrar diversos templos religiosos e uma pluralidade de religiões que convivem nesse espaço, de modo que a R/E faz parte do cotidiano dessas pessoas,

ou seja, atravessa a própria sociabilidade nesses espaços. Existe também uma facilidade de os membros da comunidade transitarem entre diferentes cultos, combinando crenças diversas para aliviar o sofrimento espiritual ou físico, do indivíduo ou de sua família. A diversidade de cultos, presente nesse espaço, favorece esse comportamento de busca e experimentação que compõem a R/E do indivíduo (Mota et al., 2012).

Na comunidade em tela, identificamos igrejas cristãs, principalmente neopentecostais, sendo que a igreja católica mais próxima ficava mais distante das outras. Não observamos a presença de nenhum centro de umbanda ou terreiro de candomblé no entorno – o terreiro mais próximo identificado ficava em uma outra comunidade e em um local distante do território observado para a construção do presente relato.

Destarte, observamos na dinâmica dessa comunidade fatores que merecem ser apontados no presente estudo: mesmo as famílias se identificando como cristãs, as mesmas relataram (nos meses de setembro e outubro) participar de algumas festas de “Cosme e Damião” em centros de umbandas e festas de “Erês” em terreiros de candomblé, por exemplo, e relatam que realizam tais participações desconsiderando a dimensão religiosa do centro ou terreiro, mas reconhecendo a dimensão comunitária, haja vista que tradicionalmente os membros da comunidade participam de tais eventos por causa dos doces e alimentação fornecida (sic.).

Igualmente, membros de centros de umbanda da comunidade observada relataram que incentivam os filhos a participarem dos encontros das escolas bíblicas dominicais das igrejas evangélicas, durante o período das férias, para que os mesmos não fiquem expostos à violência das ruas, encontram nas igrejas um espaço físico de cuidado e proteção de seus filhos e também por conta do lanche fornecido nesses encontros (sic.)

Assim, a R/E ganha destaque na comunidade observada, a partir da frequência daqueles que professam uma R/E específica, e mesmo aqueles que relatam não possuir nenhuma. Observamos também, na comunidade em tela, a presença de igrejas, centros espíritas, centros de umbanda e terreiros de candomblé que, segundo a participante (sic.), possibilitam um

oportuno diálogo inter-religioso, o que permite aos membros da comunidade conhecer diversas R/E e, de certo modo, auxiliar no combate ao cenário de intolerância e racismo religioso (Pfeffer, 2009).

Um dos objetivos da PSC é a eliminação das condições sociais de opressão para a promoção de bem-estar e de condições de vida saudáveis para comunidades e seus moradores (Silva & Sarriera, 2015). Sendo assim, são imprescindíveis a defesa da liberdade religiosa e o compromisso com o combate à intolerância, o que pode ser corporificado também no acolhimento da dimensão da R/E na comunidade. Cabem aos/às psicólogos/as que atuam nesse contexto reconhecer a função social que a R/E tem na vida desses indivíduos, o que significa desenvolver uma atuação disposta a promover uma escuta da R/E. Abordar a R/E na escuta e no cuidado a essas comunidades é reafirmar o compromisso com uma atuação integral e humanizadora.

Ao final desse percurso, deve-se salientar que a atenção à laicidade na prática psicológica não nos habilita para a exclusão ou a extirpação da dimensão da R/E da vida do sujeito. A laicidade pressupõe o respeito pelas diferentes R/E, inclusive pela não-R/E, caso seja a expressão do sujeito, mas isso não significa facultar ao mesmo a decisão de falar ou não sobre a R/E. A R/E pode e deve ser questionada pelo profissional de Psicologia nesse contexto de atuação, por exemplo, sem que isso incorra em uma falta ética. A abordagem da R/E pode abrir portas para que o sujeito se manifeste, traga a sua história, se revele pertencente à comunidade e possa estar aberto à fruição de diversos sentidos que se comprometam com o seu bem-estar e o seu engajamento social.

Quando o profissional de Psicologia se mostra poroso a essa abordagem, a discussão migra do terreno persecutório, tradicionalmente associado àquele que aborda essa dimensão, e passa a funcionar como um manejo adequado justamente para promover no sujeito a retomada de algumas reflexões potentes para a sua mudança. O foco na fé, na resiliência, na retomada de sua história, no respeito pelo outro, no combate à intolerância religiosa, por exemplo, podem ser elementos que se costuram a um fazer social, promovendo avanços. Trabalhar nesse sentido parece ser uma recomendação potente disparada a partir do presente relato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse relato teve por objetivo refletir sobre como emerge a dimensão da R/E no contexto familiar e comunitário, tendo como norte a atuação do profissional de Psicologia no contexto da PSC. O profissional que atua com a comunidade tem o compromisso com a promoção de direitos (humanos e sociais), com o protagonismo dos sujeitos e com a qualidade de vida para todos. Tem, ainda, o dever de defender a laicidade para que todos possam exercer sua espiritualidade sem sofrer quaisquer repressões por isso, acolhendo as diversas denominações e compreendendo os sentidos e significados que são atribuídos a elas.

Durante a realização deste estudo, chamou-nos a atenção a escassez de estudos sobre a dimensão da R/E na atenção social e comunitária, reafirmando o campo das ciências da saúde como o que mais tem incorporado ou se aberto a essa discussão. Assim, a R/E parece ser reafirmada como dimensão relacionada mais diretamente aos processos de saúde e de doença que podem se expressar em equipamentos formais de cuidado, reduzindo a sua presença aos estudos no campo social e comunitário. Assim, o presente relato pode ser uma contribuição não apenas para a realização de pesquisas, mas também para que novas reflexões profissionais possam emergir, fazendo coro à construção de conhecimentos na interface com a atuação nesse contexto desenvolvimental importante.

Por fim, pode-se recuperar a imagem sagrada de Maria que, na religiosidade cristã católica, é representada como a mãe de Jesus Cristo, filho de Deus, a mulher que foi mãe mesmo sendo virgem. Essa é uma representação possivelmente conhecida por todos os brasileiros, independentemente da sua R/E, e aparentemente ainda permeia o nosso imaginário que exige de mulheres uma postura quase sobrenatural na criação de seus filhos, traçando paralelos com a história de Maria aqui narrada e de tantas outras mulheres periféricas. A diferença entre as nossas Marias é que uma foi santificada e a outra marginalizada. A mulher negra, à margem da sociedade, que cria seus filhos em situação de risco não é uma história nova no país, mas para isso temos políticas públicas que deveriam ser bem executadas para que mudanças sociais pudessem ocorrer. Há em toda a rede pública de Saúde,

Educação e Assistência Social, profissionais que precisam constantemente serem capacitados para trabalhar com o acolhimento e atendimento dessas demandas e na promoção de direitos.

## REFERÊNCIAS

- Anhas, D. M., & Castro-Silva, C. R. (2018). Potência de ação da juventude em uma comunidade periférica: enfrentamentos e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(9), 2927-2936.
- Araújo, P. C. (2018). Desafios da antropologia contemporânea: elementos para se pensar o antropólogo insider no campo da antropologia das populações afro-brasileiras. In C. C. Clemente, & J. C. G. Silva (Org.), *Culturas negras e ciências sociais no século XXI: perspectivas afrocentradas* (pp. 11-68). Uberlândia, MG: EDUFU.
- Baker, J. O., Stroppe, S., & Walker, M. H. (2018). Secularity, religiosity, and health: Physical and mental health differences between atheists, agnostics, and nonaffiliated theists compared to religiously affiliated individuals. *Social Science Research*, 75, 44-57.
- Couto, M. T. (2001). Religiosidade, reprodução e saúde em famílias urbanas pobres. *Interface (Botucatu)*, 5(8), 27-44.
- Cunha, V. F., Pillon, S. C., Zafar, S., Wagstaff, C., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Brazilian nurses' concept of religion, religiosity, and spirituality: a qualitative descriptive study. *Nursing and Health Sciences*, 22(4), 1161-1168.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2019a). A dimensão religiosidade/espiritualidade na prática clínica: revisão integrativa da literatura científica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e5419.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2019b). Best professional practices when approaching religiosity/spirituality in psychotherapy in Brazil. *Counselling and Psychotherapy Research*, capr. 12241.
- Cunha, V. F., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Brazilian psychotherapists and the dimension of religiosity/spirituality. *Counselling and Psychotherapy Research*, 20(4), 1-9.

- Duarte, N. S. (2012). *Política social: um estudo sobre educação e pobreza*. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília, Brasília.
- Freitas, M. H. (2017). Psicologia religiosa, psicologia da religião/ espiritualidade, ou psicologia e religião/espiritualidade? *Revista Pistis & Praxis – Teologia e Pastoral*, 9(1), 89-107.
- Gaia, R. S. P., & Candido, T. P. (2020). Contribuições da Psicologia Social para o atendimento à população em situação de rua no Serviço Especializado em Abordagem Social. *Psicologia & Saberes*, 9(14), 4-15.
- Gaia, R. S. P., Vitória, A. S., & Roque, A. T. (2020). *Candomblé no Brasil: resistência negra na diáspora africana*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2012). Apontamentos sobre a trajetória da Psicologia social comunitária no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. spe), 138-153.
- Gonçalves, M. A., & Portugal, F. T. (2016). Análise histórica da Psicologia Social Comunitária no Brasil. *Psicologia e Sociedade*, 28(3), 562-571.
- Guimarães, R. F., & Almeida, S. C. G. (2018). Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In Q. R. Acosta, & M. A. F. Vitale (Orgs.), *Família: redes, laços e políticas públicas* (pp. 149-157). São Paulo. Cortez.
- Holanda, A. F., & Pereira, K. C. L. (2020). Religião e espiritualidade no campo da saúde: questões para a educação superior. *Paralellus*, 11, 619-640.
- Leone, E. T., Maia, A. G., & Baltar, P. E. (2010). Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. *Economia e Sociedade*, 19(1), 59-77.
- Lisboa, A. V., Féres-Carneiro, T., & Jablonski, B. (2007). Transmissão intergeracional da cultura: um estudo sobre uma família mineira. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 51-59.
- Lotufo Neto, F., Lotufo Jr., Z., & Martins, J. C. (2009). *Influências da religião sobre a saúde mental*. Santo André, SP: ESETEC.

- Maciel, T. M. F. B., & Alves, M. B. (2015). A importância da psicologia social comunitária para o desenvolvimento sustentável. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(2), 272-282.
- Mariano, S. A., & Carlotto, C. M. (2009). Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. *Revista de Estudos Feministas*, 17(3), 901-908.
- Marques, L. F. (2010). O conceito de espiritualidade e sua interface com a religiosidade e a Psicologia Positiva. *Psicodebate*, 10, 135-152.
- Mota, C. S., Trad, L. A. B., & Villas Boas, M. J. B. (2012). O papel da experiência religiosa no enfrentamento de aflições e problemas de saúde. *Interface (Botucatu)*, 16(42), 665-675.
- Oliveira, M. R., & Jungues, J. R. (2012). Saúde mental e espiritualidade/religiosidade: a visão de psicólogos. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 469-476.
- Pereira, J. S., & Miranda, S. R. (2017). Laicização e intolerância religiosa: desafios para a História ensinada. *Educação & Realidade*, 42(1), 99-120.
- Pfeffer, R. S. (2009). Diálogo interreligioso e construção da cidadania em um mundo globalizado: a contribuição do sincretismo religioso brasileiro. *Mosaico*, 1(2), 25-38.
- Pontes, M. F., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2017). Homoparentalidade feminina: laço biológico e laço afetivo na dinâmica familiar. *Psicologia USP*, 28(2), 276-286.
- Raddatz, J. S., Motta, R. F., & Alminhana, L. O. (2019). Religiosidade/espiritualidade na prática clínica: círculo vicioso entre demanda e ausência de treinamento. *Psico-USF*, 24(4), 699-709.
- Santos, K. L., Heckert, A. L. C., & Carvalho, S. V. (2017). Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. *Psicologia e Sociedade*, 29, e158080.
- Scorsolini-Comin, F. (2015). Um toco e um divã: reflexões sobre a espiritualidade na clínica etnopsicológica. *Contextos Clínicos*, 8(2), 114-127.

- Silva, C. L., & Sarriera, J. C. (2016). Promover a Justiça Social: compromisso ético para relações comunitárias. *Psicologia e Sociedade*, 28(2), 380-386.
- Silva, J. V., & Corgozinho, J. P. (2011). Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicologia e Sociedade*, 23(n. spe), 12-21.
- Souza, L. V., & Scorsolini-Comin, F. (2020). Sentidos sobre o/a psicóloga/o no CRAS na literatura científica. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 53-72.
- Testoni, R. J. F., & Tonelli, M. J. F. (2006). Permanências e rupturas: sentidos de gênero em mulheres chefes de família. *Psicologia e Sociedade*, 18(1), 40-48.
- Vianna, J. H. L. (2016). Religiosidade, Espiritualidade e Laicidade em a Insustentável Leveza do ser Psicólogo(a). In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, *Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas* (pp. 27-37). São Paulo: CRP-SP.
- Weber, S. R., & Pargament, K. I. (2014). The role of religion and spirituality in mental health. *Current Opinion in Psychiatry*, 27(5), 358-363.
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(4), 686-699.

Recebido em 04/03/2020

Aceito em 18/11/2021